

PROMOÇÃO DO USO SEGURO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA INTERVENÇÃO EDUCATIVA

João Bosco de Albuquerque Silva¹;

E-mail: joaboscoalbuquerque12@hotmail.com,

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0666-576X>.

Francisca Cristiane Silva Santos²;

E-mail: risvibia@yahoo.com.br,

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3696-4296>

Lidia Maria de Almeida Rocha³;

E-mail: lidialessa@hotmail.com,

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3593-310X>

Maria Eliza Melo Arruda Barbosa⁴;

E-mail: elizaarrudabarbosa@outlook.com,

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7961-3111>.

Edilma Daniel de Lima Sampaio⁵;

E-mail: sampaioedilma@gmail.com,

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0691-8853>.

Idenilce Coelho da Silva Matos⁶.

E-mail: idenilcecoelho@yahoo.com.br,

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7929-6638>

RESUMO: Introdução: A Atenção Primária à Saúde (APS), por ser a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS), desempenha papel fundamental na identificação, manejo e acompanhamento de pessoas em uso de psicotrópicos. Entretanto, a efetividade desse cuidado é limitada por fatores como a formação insuficiente dos profissionais em saúde mental, o estigma relacionado aos transtornos mentais e a fragilidade da articulação entre a APS e a Rede de Atenção Psicossocial. **Objetivo:** Promover o uso seguro e racional de medicações psicotrópicas entre pacientes acompanhados na APS. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa-ação, de abordagem qualitativa, realizada na Unidade Básica de Saúde Alto da Jaqueira. Participaram cinco pacientes em uso de psicotrópicos e quinze profissionais da equipe multiprofissional, selecionados por amostragem por conveniência. A coleta de dados ocorreu durante o acompanhamento na APS, utilizando questionários,

entrevistas semiestruturadas e diário de campo. Como intervenção, foram realizadas rodas de conversa entre janeiro e fevereiro de 2026, com foco na educação em saúde e no uso racional de psicotrópicos.

Resultados: Observou-se conhecimento limitado dos usuários sobre as medicações, especialmente quanto aos riscos, efeitos adversos e interações medicamentosas. Também foram identificados relatos de automedicação, uso inadequado e aquisição de medicamentos sem prescrição, aumentando o risco de dependência, intoxicação e agravamento do quadro clínico. Os participantes manifestaram interesse em maior acompanhamento por psiquiatras e psicólogos, embora ainda relacionem a estabilidade clínica predominantemente ao tratamento medicamentoso. **Conclusão:** A educação em saúde, a capacitação profissional e o monitoramento contínuo favorecem o uso seguro de psicotrópicos, reduzem riscos, fortalecem a adesão ao tratamento, promovem a autonomia dos pacientes e reforçam o papel da APS na coordenação do cuidado em saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde. Psicotrópicos. Segurança do Paciente. Prescrição de Medicamentos.

PROMOTING THE SAFE USE OF PSYCHOTROPIC MEDICATIONS IN PRIMARY HEALTH CARE: AN EDUCATIONAL INTERVENTION

ABSTRACT: Introduction: Primary Health Care (PHC), as the main entry point to the Brazilian Unified Health System (SUS), plays a fundamental role in the identification, management, and follow-up of individuals using psychotropic medications. However, the effectiveness of this care is often limited by factors such as insufficient mental health training among healthcare professionals, the stigma associated with mental disorders, and weak integration between PHC and the Psychosocial Care Network. **Objective:** To promote the safe and rational use of psychotropic medications among patients receiving care in Primary Health Care. **Methods:** This action research study adopted a qualitative approach and was conducted at the Alto da Jaqueira Primary Health Care Unit. The participants included five patients using psychotropic medications and fifteen members of the multidisciplinary healthcare team, selected through convenience sampling. Data were collected during PHC follow-up using questionnaires, semi-structured interviews, and field notes. As an intervention, discussion groups focusing on health education and the rational use of psychotropic medications were conducted between January and February 2026. **Results:** Participants demonstrated limited knowledge regarding their medications, particularly concerning risks, adverse effects, and drug interactions. Reports of self-medication, inappropriate medication use, and acquisition of psychotropic drugs without medical prescriptions were identified, increasing the risk of dependence, intoxication, and worsening of clinical conditions. Participants also expressed the need for greater follow-up by psychiatrists and psychologists, although they continued to associate clinical stability primarily with pharmacological treatment. **Conclusion:** Health education, professional training, and continuous monitoring contribute to the safe use of psychotropic medications, reduce health risks, strengthen treatment adherence, promote patient autonomy, and reinforce the role of Primary Health Care in coordinating comprehensive mental health care.

KEYWORDS: Primary Health Care. Psychotropic Drugs. Patient Safety. Medication Prescription.

INTRODUÇÃO

O uso de medicamentos psicotrópicos constitui importante estratégia terapêutica para o manejo de diferentes transtornos mentais. No âmbito da Atenção Primária à Saúde, o tratamento farmacológico integra as estratégias de cuidado em saúde mental, devendo ser realizado de forma racional, segura e articulada ao acompanhamento clínico dos usuários (OPAS, 2010). Embora fundamentais para o controle dos sintomas e a melhoria da qualidade de vida dos usuários, os psicotrópicos podem ocasionar dependência, reações adversas, interações medicamentosas, tolerância farmacológica e uso prolongado sem adequada reavaliação clínica quando prescritos ou utilizados de forma inadequada (Brasil, 2017).

Por ser a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), a Atenção Primária à Saúde desempenha papel estratégico na identificação, acompanhamento e monitoramento de pessoas em uso de medicamentos psicotrópicos. Contudo, a efetividade desse cuidado ainda é limitada por fatores como insuficiência na formação dos profissionais em saúde mental, fragilidade das ações de educação em saúde, dificuldade na realização do acompanhamento longitudinal, estigma relacionado aos transtornos mentais e integração incipiente entre a APS e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (Brasil, 2017). Essas limitações favorecem a manutenção de prescrições por longos períodos, dificultam a desprescrição quando indicada e aumentam o risco de eventos adversos e da medicalização excessiva.

Essa realidade foi identificada na Unidade Básica de Saúde (UBS) Alto da Jaqueira, localizada no município de Catende, Pernambuco, onde se observou um número expressivo de usuários em uso contínuo de medicações psicotrópicas, muitos deles sem acompanhamento sistemático, monitoramento clínico ou encaminhamento especializado quando necessário. Também foram identificadas situações relacionadas à baixa adesão ao tratamento, uso prolongado sem reavaliação terapêutica, ocorrência de efeitos adversos não monitorados e fragilidade das estratégias voltadas à educação dos usuários quanto ao uso seguro desses medicamentos. Diante desse cenário, emergiu o seguinte questionamento norteador: qual é o perfil de utilização de medicações psicotrópicas entre os pacientes da UBS Alto da Jaqueira e quais fatores estão associados ao uso inadequado desses medicamentos no contexto da Atenção Primária à Saúde?

A relevância desta intervenção fundamenta-se na necessidade de enfrentar um problema que repercute diretamente na segurança do paciente, na qualidade da assistência e na sustentabilidade do Sistema Único de Saúde. O uso irracional de psicotrópicos está associado ao aumento da dependência medicamentosa, intoxicações, internações, agravamento de condições clínicas e psiquiátricas e elevação dos custos assistenciais (Oliveira; Dullius, 2025; Gotardo *et al.*, 2022). Além disso, a insuficiência de estratégias para acompanhamento e educação em saúde compromete a autonomia dos usuários e dificulta a promoção do uso racional dos medicamentos.

Nesse contexto, torna-se essencial desenvolver intervenções que fortaleçam a atuação da APS na promoção do uso seguro e racional de psicotrópicos. Isso envolve a qualificação dos profissionais de saúde, o monitoramento sistemático dos usuários, a estratificação de risco, a revisão periódica das prescrições, a educação em saúde para pacientes e familiares e o fortalecimento da articulação com a Rede de Atenção Psicossocial, possibilitando encaminhamentos oportunos ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) quando indicados.

Estudos recentes ressaltam a importância da prescrição adequada e do acompanhamento sistemático como estratégias para ampliar a segurança no uso de medicamentos psiquiátricos na Atenção Primária à Saúde (Ayre; Lewis; Keers, 2023). Paralelamente, a prevenção da automedicação constitui medida relevante para o uso seguro de medicamentos, especialmente daqueles sujeitos a controle especial (Brasil, 2024).

Dessa forma, esta pesquisa-intervenção teve como propósito analisar o perfil de utilização de medicações psicotrópicas pelos usuários da UBS Alto da Jaqueira, identificar fatores associados ao uso inadequado desses medicamentos e implementar estratégias voltadas à promoção do uso seguro e racional. Entre as ações desenvolvidas destacaram-se a identificação dos usuários em tratamento, avaliação individualizada do risco, educação em saúde, qualificação da equipe multiprofissional e fortalecimento do fluxo de encaminhamento para os serviços especializados da RAPS.

Espera-se que a experiência contribua para a melhoria da qualidade da assistência em saúde mental, fortaleça o papel coordenador da APS e ofereça um modelo de intervenção passível de adaptação e replicação em outras unidades básicas de saúde, em consonância com os princípios da Política Nacional de Atenção Básica e da Política Nacional de Saúde Mental (Brasil, 2011; Brasil, 2017).

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa-ação, de abordagem qualitativa, desenvolvida com o propósito de promover o uso seguro e racional de medicamentos psicotrópicos na Atenção Primária à Saúde (APS). A escolha dessa abordagem fundamenta-se na necessidade de integrar a produção do conhecimento científico à implementação de intervenções capazes de modificar a realidade investigada, envolvendo pesquisadores, profissionais de saúde e usuários na construção coletiva de soluções para os problemas identificados. Conforme Thiollent (2011), a pesquisa-ação constitui uma estratégia metodológica participativa na qual investigação e intervenção ocorrem simultaneamente, por meio de um processo cíclico de diagnóstico, planejamento, ação, observação e reflexão, favorecendo tanto a transformação das práticas quanto a produção de novos conhecimentos.

A intervenção foi desenvolvida na Unidade Básica de Saúde Alto da Jaqueira, no contexto da Estratégia Saúde da Família, a partir do levantamento do perfil dos usuários em uso contínuo de medicamentos psicotrópicos. A unidade possuía 132 pacientes cadastrados pelos Agentes Comunitários de Saúde fazendo uso de ansiolíticos, antidepressivos, hipnóticos, antipsicóticos e outros medicamentos dessa classe terapêutica. Inicialmente, realizou-se um diagnóstico situacional

com o objetivo de identificar os fatores sociodemográficos, clínicos e assistenciais relacionados ao uso inadequado desses medicamentos, bem como mapear situações de risco que demandassem intervenções educativas e acompanhamento mais sistemático.

A pesquisa contou com a participação de cinco usuários em uso contínuo de psicotrópicos, selecionados por amostragem por conveniência entre aqueles acompanhados pela unidade e que aceitaram participar voluntariamente do estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Também participaram quinze profissionais da equipe multiprofissional, incluindo médico, enfermeira, técnico de enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde e demais integrantes da Estratégia Saúde da Família, cuja participação foi fundamental para o planejamento, execução e avaliação das ações propostas.

A coleta de dados ocorreu durante o acompanhamento rotineiro dos pacientes na Unidade Básica de Saúde e compreendeu as etapas de diagnóstico, planejamento participativo, implementação das intervenções e avaliação dos resultados. Foram utilizados diferentes instrumentos de pesquisa qualitativa, permitindo compreender tanto os aspectos objetivos quanto as percepções e experiências relacionadas ao uso de medicamentos psicotrópicos. Inicialmente, aplicou-se um questionário estruturado para caracterização dos participantes, contemplando informações sociodemográficas, condições clínicas, medicamentos utilizados, tempo de tratamento, forma de prescrição e percepção dos usuários acerca do uso dos psicotrópicos. Em seguida, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os pacientes, possibilitando aprofundar aspectos relacionados ao conhecimento sobre os medicamentos, experiências com efeitos adversos, receios quanto à interrupção do tratamento, dificuldades de acesso ao acompanhamento especializado e percepção sobre o cuidado recebido na Atenção Primária.

Paralelamente, foram conduzidos grupos focais com os profissionais da equipe multiprofissional, favorecendo a identificação das dificuldades enfrentadas na assistência, das estratégias utilizadas no acompanhamento dos usuários e das possibilidades de fortalecimento do uso racional de medicamentos. Como instrumento complementar, utilizou-se um diário de campo para registro sistemático das observações realizadas durante os atendimentos, das interações entre usuários e profissionais e das percepções dos pesquisadores ao longo do desenvolvimento da intervenção. Após a fase diagnóstica, os resultados obtidos foram apresentados e discutidos com a equipe multiprofissional da unidade em reuniões de planejamento colaborativo, nas quais foram definidas as estratégias de intervenção voltadas à promoção do uso seguro e racional de psicotrópicos.

As ações contemplaram atividades de educação em saúde direcionadas aos usuários e seus familiares, capacitações para os profissionais da equipe e a implementação de estratégias de monitoramento do uso desses medicamentos, buscando fortalecer o acompanhamento longitudinal realizado pela Atenção Primária à Saúde. Entre as ações educativas desenvolvidas, destacaram-se as rodas de conversa, realizadas como espaços coletivos de escuta, diálogo e construção compartilhada do conhecimento.

Os encontros ocorreram nos dias 05, 09, 12, 16, 19, 23, 26 e 30 de janeiro, bem como nos dias 02, 06, 09 e 13 de fevereiro de 2026, no horário das 8h às 10h, nas dependências da Unidade Básica de Saúde. Durante essas atividades foram discutidos temas relacionados às indicações terapêuticas dos psicotrópicos, efeitos adversos, riscos da automedicação, importância da adesão ao tratamento, possibilidades de desprescrição quando clinicamente indicada e necessidade de acompanhamento contínuo pela equipe multiprofissional. Entre as ações educativas desenvolvidas, destacaram-se as rodas de conversa, realizadas como espaços coletivos de escuta, diálogo e construção compartilhada do conhecimento. Os encontros ocorreram nos dias 05, 09, 12, 16, 19, 23, 26 e 30 de janeiro, bem como nos dias 02, 06, 09 e 13 de fevereiro de 2026, no horário das 8h às 10h, nas dependências da Unidade Básica de Saúde.

Os dados qualitativos provenientes das entrevistas e registros do diário de campo foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). A análise seguiu três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Inicialmente foi realizada leitura flutuante das entrevistas, seguida da identificação de categorias temáticas relacionadas ao conhecimento sobre psicotrópicos, uso inadequado, automedicação e percepção de riscos. Posteriormente, os achados foram organizados e interpretados à luz da literatura científica sobre uso racional de medicamentos na Atenção Primária à Saúde.

A pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pelas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Ressalta-se que este estudo integra um projeto guarda-chuva da Universidade Federal do Ceará (UFC), intitulado “Estudo sobre a formação em Medicina de Família e Comunidade a distância e seus impactos na saúde pública”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE nº 91948525.0.0000.5050.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção realizada na Unidade Básica de Saúde (UBS) Alto da Jaqueira contou com a participação ativa de uma equipe multiprofissional, fundamental para o desenvolvimento das ações voltadas ao uso seguro de medicações psicotrópicas na atenção primária à saúde. Participaram do estudo quinze profissionais da equipe da unidade, incluindo médico, enfermeira, técnico de enfermagem, ACS e outros integrantes da equipe, os quais contribuíram tanto no processo de identificação dos usuários quanto na execução das estratégias educativas e de acompanhamento.

A equipe teve papel central na busca ativa dos pacientes em uso de psicotrópicos, no levantamento das informações clínicas e no acompanhamento dos usuários durante todo o processo de pesquisa e intervenção. Os agentes comunitários de saúde auxiliaram na identificação dos pacientes no território, enquanto o médico e a enfermeira participaram da avaliação clínica, revisão de prescrições e orientação sobre o uso correto das medicações. Além disso, os profissionais participaram de reuniões e rodas de conversa, nas quais foram discutidas estratégias para melhorar o cuidado em saúde mental na unidade.

Durante a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os pacientes, buscando compreender o perfil de uso dos psicotrópicos e os fatores relacionados ao uso inadequado. As principais perguntas direcionadas aos pacientes abordaram aspectos como: tempo de uso da medicação psicotrópica; qual profissional havia indicado o medicamento; como o paciente se sentia em relação ao uso da medicação; se já havia tentado reduzir ou interromper o tratamento; quais dificuldades enfrentou nesse processo; se sentia medo de suspender o medicamento; e se recebia orientação suficiente da equipe de saúde sobre o tratamento. Também foram questionados sobre sintomas apresentados ao tentar reduzir a medicação, apoio recebido da equipe e expectativas em relação à possibilidade de diminuição ou suspensão do uso do psicotrópico.

A abordagem sobre o uso de psicotrópicos foi conduzida de forma acolhedora e educativa, priorizando a escuta qualificada e o respeito às experiências relatadas pelos pacientes. Durante as entrevistas e rodas de conversa, os profissionais buscaram esclarecer dúvidas sobre os medicamentos, discutir os efeitos adversos, orientar sobre os riscos da automedicação e reforçar a importância do acompanhamento regular com profissionais de saúde. Muitos pacientes relataram medo de interromper o medicamento por receio de piora dos sintomas, o que evidenciou a necessidade de orientação contínua e acompanhamento próximo pela equipe.

Os resultados evidenciaram a presença de uso inadequado de psicotrópicos, incluindo práticas como alteração da dose prescrita, falhas na adesão ao horário de uso e aquisição de medicamentos sem prescrição médica. Esse cenário aumenta os riscos de dependência, intoxicação, interações medicamentosas e agravamento do quadro clínico, reforçando a importância de estratégias de monitoramento e educação em saúde voltadas ao uso racional desses medicamentos.

Diante dessas problemáticas, uma das estratégias adotadas foi a ampliação do acompanhamento longitudinal dos pacientes, garantindo seguimento contínuo pela equipe da Estratégia Saúde da Família. Esse acompanhamento permite monitorar a evolução clínica, identificar precocemente possíveis efeitos adversos, ajustar o tratamento quando necessário e fortalecer o vínculo entre pacientes e profissionais, promovendo maior segurança terapêutica e adesão ao tratamento.

Outra ação importante foi o fortalecimento da articulação entre a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Essa integração possibilitou a construção de planos terapêuticos compartilhados, melhor definição das condutas clínicas e encaminhamento adequado dos pacientes que necessitavam de acompanhamento especializado. A comunicação entre os serviços contribuiu para maior continuidade do cuidado e melhor organização da Rede de Atenção Psicossocial.

Também foi promovida a facilitação do acesso a consultas e revisões periódicas com médico de família e psiquiatra, permitindo avaliar regularmente a necessidade de manutenção, ajuste ou redução das medicações psicotrópicas. Esse acompanhamento periódico contribui para prevenir o uso prolongado desnecessário e garantir maior segurança no tratamento farmacológico.

Tabela 1 – Conhecimento dos pacientes sobre efeitos adversos e uso inadequado de medicamentos psicotrópicos.

Paciente	Conhecimento sobre efeitos adversos	Uso inadequado de medicações	Aquisição sem receita	Riscos identificados
1	Sim	Sim	Sim	Intoxicação
2	Não	Sim	Não	Não identificado
3	Não	Sim	Sim	Dependência
4	Não	Sim	Não	Não identificado
5	Não	Sim	Não	Interação com álcool

Fonte: dados da pesquisa, (2026).

Foram desenvolvidas ações educativas voltadas aos pacientes e familiares, incluindo rodas de conversa e orientações individuais sobre saúde mental, tratamento medicamentoso, riscos da automedicação e importância do acompanhamento psicológico. Essas atividades buscaram ampliar o conhecimento dos usuários sobre suas condições de saúde e promover maior autonomia no cuidado, incentivando práticas de tratamento mais seguras e conscientes. Foi identificado conhecimento limitado dos usuários acerca das medicações, especialmente sobre riscos, efeitos adversos e interações medicamentosas. Houve relatos de uso inadequado, automedicação e aquisição de medicamentos sem receita médica, o que aumenta o risco de intoxicação, dependência, interações com álcool e outras drogas, além de possível agravamento do quadro clínico. Os participantes demonstraram desejo por maior acompanhamento com psiquiatra e psicólogo, reconhecendo a importância de suporte contínuo, embora ainda associem fortemente a estabilidade clínica exclusivamente ao uso medicamentoso.

Tabela 2 – Caracterização do uso de psicotrópicos entre os pacientes entrevistados (n = 5).

Variável	Categoria	N	%
Conhecimento sobre efeitos adversos	Sim	1	20
	Não	4	80
Uso inadequado da medicação	Sim	5	100
	Não	0	0
Aquisição sem receita médica	Sim	2	40
	Não	3	60
Relato de riscos associados ao uso	Intoxicação	1	20
	Dependência	1	20
	Interação com álcool	1	20
	Não relatam riscos	2	40

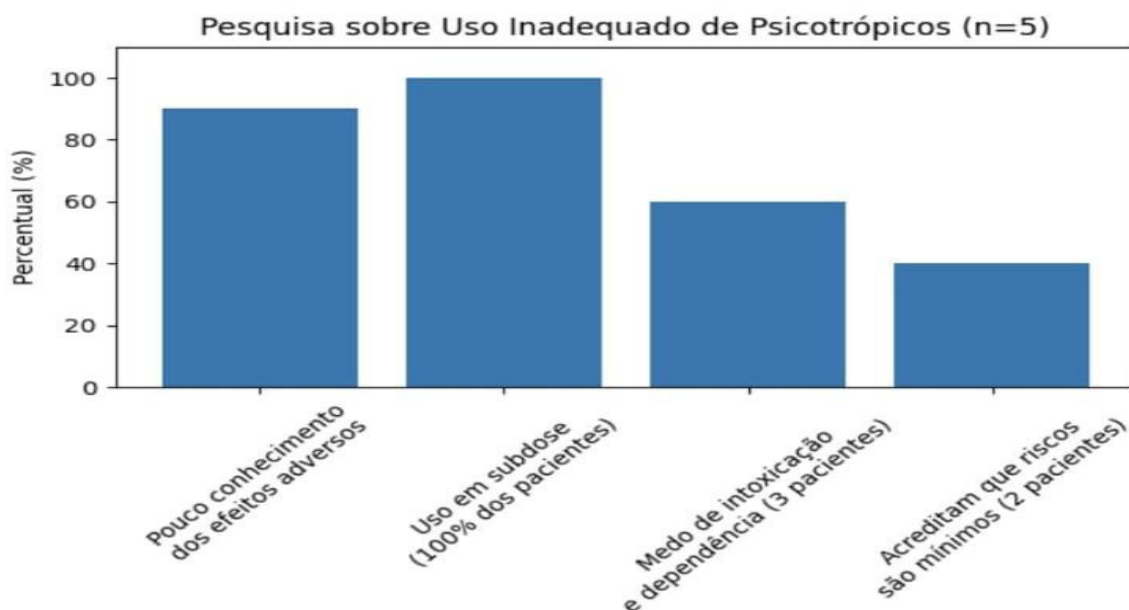
Fonte: dados da pesquisa (2026).

A pesquisa realizada com cinco pacientes em uso de psicotrópicos evidenciou um cenário preocupante quanto ao uso racional desses medicamentos. Observou-se que 80% dos participantes relataram não possuir conhecimento adequado sobre os efeitos adversos das medicações utilizadas, demonstrando fragilidade nas orientações recebidas ou baixa compreensão acerca da farmacoterapia.

Todos os pacientes (100%) apresentaram algum tipo de uso inadequado da medicação, destacando-se principalmente a prática de subdose intencional, motivada pelo receio de desenvolver dependência química. Além disso, foram mencionadas falhas na adesão aos horários prescritos, o que pode comprometer a eficácia terapêutica e favorecer descompensações clínicas.

Quanto à aquisição dos medicamentos, 40% dos entrevistados relataram compra sem prescrição médica, evidenciando facilidade de acesso nas farmácias locais e fragilidade no controle da dispensação de psicotrópicos, o que representa risco sanitário. No que se refere à percepção de riscos, 60% dos pacientes relataram algum tipo de preocupação associada ao uso, incluindo intoxicação, dependência química e interação com álcool. Contudo, 40% afirmaram acreditar que o uso regular sob orientação minimiza os riscos, sugerindo percepção parcial ou simplificada da complexidade do tratamento psicofarmacológico.

Figura 1: Uso inadequado de psicotrópicos.



Fonte: dados da pesquisa (2026).

Os resultados do estudo indicam um cenário de fragilidades no uso racional de psicotrópicos entre os participantes, evidenciado pelo conhecimento limitado acerca das medicações, especialmente no que se refere aos riscos, efeitos adversos e possíveis interações medicamentosas. Foram observados relatos de uso inadequado, automedicação e aquisição de medicamentos sem prescrição médica, situações que podem aumentar o risco de intoxicação, dependência química e interação com álcool ou outras substâncias.

Além disso, os participantes demonstraram interesse em ampliar o acompanhamento com profissionais especializados, como psiquiatras e psicólogos, embora ainda associem a estabilidade clínica predominantemente ao uso da medicação. Esse cenário evidencia desafios para a integralidade

do cuidado em saúde mental. Na Atenção Primária à Saúde, o acompanhamento longitudinal, a construção compartilhada do cuidado e a articulação entre diferentes profissionais e serviços constituem estratégias importantes para responder às necessidades de saúde mental dos usuários (Brasil, 2013).

Observou-se também que 80% dos participantes relataram não possuir conhecimento adequado sobre os efeitos adversos das medicações, evidenciando lacunas no processo de orientação aos usuários. A literatura aponta que a compreensão limitada sobre os medicamentos pode comprometer a adesão ao tratamento e favorecer o uso inadequado, sendo fundamental que os profissionais de saúde desenvolvam estratégias educativas capazes de promover maior autonomia e segurança no manejo da farmacoterapia (OMS, 2002).

Outro achado relevante refere-se ao fato de todos os pacientes apresentarem algum tipo de uso inadequado das medicações, destacando-se a redução intencional da dose devido ao medo de dependência química. Esse comportamento é frequentemente observado em tratamentos com psicofármacos, nos quais o estigma e o receio de dependência podem levar os usuários a modificar ou interromper o tratamento sem orientação profissional, comprometendo a eficácia terapêutica e aumentando o risco de recaídas ou agravamento do quadro clínico (Mendes; Castro; Batista, 2017).

No que se refere ao acesso aos medicamentos, 40% dos participantes relataram adquirir psicotrópicos sem prescrição médica, evidenciando fragilidades no controle da dispensação desses medicamentos. No Brasil, a comercialização de substâncias psicotrópicas é regulamentada por normas sanitárias específicas devido ao potencial de dependência e aos riscos associados ao uso inadequado. A facilidade de aquisição sem receita médica pode representar um importante problema de saúde pública, uma vez que favorece a automedicação e o uso irracional de medicamentos (Brasil, 2013).

Quanto à percepção de riscos, verificou-se que 60% dos participantes demonstraram preocupação com intoxicação, dependência e interação medicamentosa, enquanto outros acreditam que o uso regular da medicação reduz completamente os riscos. Essa percepção parcial evidencia a necessidade de fortalecer ações educativas voltadas à promoção do uso seguro de medicamentos. Nesse contexto, estratégias como rodas de conversa, consultas de enfermagem e acompanhamento multiprofissional na Atenção Primária podem contribuir significativamente para ampliar o conhecimento dos usuários, fortalecer o vínculo com a equipe de saúde e promover o uso racional de psicotrópicos.

Entre as limitações deste estudo destacam-se o número reduzido de participantes entrevistados, o fato de a pesquisa ter sido realizada em apenas uma Unidade Básica de Saúde e o caráter qualitativo da investigação, o que limita a generalização dos resultados para outras realidades. Apesar disso, os achados contribuem para compreender aspectos relevantes do uso de psicotrópicos na Atenção Primária e reforçam a necessidade de estratégias educativas e acompanhamento longitudinal dos pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais da UBS alto da Jaqueira demonstraram conhecimento satisfatório acerca dos principais psicotrópicos utilizados na APS. Entre os medicamentos mais prescritos e acompanhados pela equipe destacam-se: diazepam, alprazolam, quetiapina, fluoxetina, risperidona, fenobarbital, sertralina, citalopram e amitriptilina. A equipe reconheceu que esses fármacos têm como objetivos principais tratar, aliviar e controlar alterações do funcionamento mental, reduzir sintomas de depressão e ansiedade, melhorar humor e comportamento, auxiliar no sono e prevenir crises psiquiátricas.

Entretanto, observou-se que, entre os pacientes, o conhecimento sobre as medicações é limitado, tanto em relação às indicações quanto aos riscos associados ao uso inadequado. Foram identificadas diversas problemáticas relacionadas ao uso inseguro desses medicamentos, tais como piora do quadro clínico, automedicação, risco de intoxicação, dependência, ocorrência de alucinações, interações medicamentosas (especialmente com álcool e outras drogas) e ausência de monitoramento adequado dos efeitos adversos. Em situações mais graves, o uso inadequado pode contribuir para agravamento do sofrimento psíquico e aumento do risco de desfechos negativos.

Verificou-se ainda que parte dos pacientes faz uso de psicotrópicos sem acompanhamento regular de profissionais de saúde, havendo relatos de aquisição de medicamentos em farmácias sem apresentação de receita médica. Tal prática compromete a segurança terapêutica e evidencia fragilidades no controle e na educação em saúde. No perfil dos participantes, predominam pacientes do sexo feminino. A maioria utiliza os medicamentos por prescrição médica, seja do médico da Estratégia Saúde da Família (ESF) ou de psiquiatra vinculado ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). De modo geral, relatam sentir-se bem com o uso da medicação, associando-a à estabilidade emocional e melhora dos sintomas. Contudo, observa-se medo significativo em relação à redução ou suspensão do tratamento. Muitos pacientes nunca tentaram o desmame medicamentoso, por receio de piora da doença ou agravamento da insônia. Há uma percepção recorrente entre os usuários sobre a necessidade de maior acompanhamento com psiquiatra e psicólogo, demonstrando desejo de cuidado contínuo e mais próximo. Apesar de almejavem uma vida saudável e estável, muitos associam essa condição exclusivamente à manutenção do uso medicamentoso, revelando insegurança quanto a estratégias terapêuticas não farmacológicas.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de fortalecimento das ações da equipe de Atenção Primária para garantir o uso seguro de psicotrópicos. Entre as estratégias apontadas estão: intensificação da busca ativa por meio de equipe multiprofissional; ampliação do acompanhamento longitudinal; qualificação da articulação em rede entre ESF e CAPS; ampliação do acesso a consultas e revisões periódicas com médico de família e psiquiatra; além do desenvolvimento de ações educativas voltadas para o esclarecimento sobre a doença, o tratamento e os riscos da automedicação.

A integração efetiva entre Atenção Primária e CAPS mostra-se fundamental para definição adequada das condutas, revisão terapêutica e construção de planos de cuidado individualizados, promovendo maior segurança, autonomia e qualidade de vida aos pacientes em uso de psicotrópicos.

REFERÊNCIAS

AYRE, Matthew J.; LEWIS, Penny J.; KEERS, Richard N. Understanding the medication safety challenges for patients with mental illness in primary care: a scoping review. *BMC Psychiatry*, v. 23, art. 417, 2023. DOI: 10.1186/s12888-023-04850-5.

ANVISA. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Brasília: ANVISA, 2022.

Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/controlados>
Acesso em: 12 mar. 2026.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. 176 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34) ISBN 978-85-334-2019-9.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual instrutivo para as equipes de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 22 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 dez. 2011.

BRASIL. Lei nº 14.912, de 3 de julho de 2024. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a realização de campanhas permanentes sobre os riscos da automedicação. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 4 jul. 2024.

GOTARDO, Adrieli Lais; SILVA, Claudinei Mesquita da; MADEIRA, Heloíse Skiavine; PEDER, Leyde Daiane de. O uso de medicamentos psicotrópicos por estudantes de um centro universitário de Cascavel, Paraná. *SaBios – Revista de Saúde e Biologia*, v. 17, n. 1, p. 1–10, 2022. DOI: 10.54372/sb.2022.V17.3225.

MENDES, L. V.; CASTRO, C. G. S. O.; BATISTA, M. C. S. **Uso racional de medicamentos na atenção primária à saúde**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 2531–2540, 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Promoting rational use of medicines: core components**. Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/67438>. Acesso em: 12 mar. 2026.

OLIVEIRA, Eduardo Ramos; DULLIUS, Willian Roger. O uso de psicotrópicos e a qualidade de vida de adultos jovens: uma revisão integrativa. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 8, n. 18, p. e082095, 2025. DOI: 10.55892/jrg.v8i18.2095.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *Tratamento farmacológico dos transtornos mentais na atenção primária à saúde*. Washington, D.C.: OPAS, 2010.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.